

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS - 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2024

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores e Senhoras Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, muito nos honra submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, assim como destacar os fatos que marcaram e que tiveram efeito na Companhia neste período.

A Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP venceu o Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor 2024, na categoria Região Centro-Oeste acima de 30 mil unidades consumidoras, entregue no dia (19/03/25) às empresas que tiveram melhor avaliação dos clientes que responderam a questionários da pesquisa em 2024.

Desempenho Operacional – Qualidade do Fornecimento:

O Índice de Duração Equivalente por Consumidor – DEC foi de 5,21 horas e o Índice de Frequência Equivalente por Consumidor – FEC foi 5,21.

É importante destacar que os índices de DEC e FEC, bem como o índice de perdas de 0,95% foram respectivamente os menores da história da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP.

Em 2024, a CHESP manteve seu plano de combate as perdas de energia com ações de prevenção e recuperação da receita, com foco na identificação de ligações clandestinas, fiscalização e manutenção de equipamentos de medição.

Desempenho Operacional - Mercado Consumidor:

A Companhia encerrou 2024 com um aumento de 1,4% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado em 2023, crescimento orgânico.

Consumidores	2023	2024	Var.%
Residencial	31.175	31.850	2,2
Comercial	3.450	3.524	2,1
Industrial	58	58	-
Rural	4.538	4.352	-4,1
Poderes Públicos	484	493	1,9
Iluminação Pública*	10	10	-
Serviço Público	66	66	-
Consumo próprio	11	11	-
Total	39.792	40.364	1,4

O fornecimento de energia na área de concessão da Companhia, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou 2024 em 145.355 MWh, representando um aumento de 6,2% em comparação a 2023. Já o fornecimento aos clientes livres apresentou aumento de 46,1% no ano.

Mercado atendido	2023	2024	Var.%
------------------	------	------	-------

Fornecimento - MWh	-	-	-
Residencial	61.650	66.048	7,1
Comercial	27.250	28.788	5,6
Industrial	9.673	8.411	-13
Rural	21.577	24.269	12,5
Poderes públicos	6.661	7.199	8,1
Iluminação pública	5.233	5.340	2,1
Serviço público	4.700	5.110	8,9
Consumo próprio	187	190	1,6
Total – mercado cativo	136.931	145.355	6,2
Clientes livres	7.749	11.323	46,1

Balanço Energético – Energia requerida - MWh	2023	2024	Var.%
Venda de energia	136.931	145.355	6,2
Fornecimento	136.931	145.355	6,2
Total de energia injetada	149.752	158.182	5,6
Perdas Rede de Distribuição (MWh) E. Consumida	5.072	1.504	-
Perdas rede de distribuição %	3,38	0,95	-

A Companhia continuou com a realização de ações para reduzir os níveis de inadimplência em 2024, tais como ações de comunicação junto aos consumidores (pré-aviso de corte), envio de SMSs e disponibilização de canais digitais de pagamento.

Os processos de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos da distribuição de energia elétrica, de tratamento de reclamações de consumidores de energia elétrica, de coleta de dados e apuração dos padrões de atendimento comercial e de aferição de medidores e avaliação técnica dos equipamentos de medição continuaram certificados conforme a norma da ABNT ISO 9001, versão 2015. Em 2023, a Companhia certificou, conforme a NBR ISO 9001:2015, o processo de medição, coleta de dados, apuração dos indicadores e das compensações relacionadas à tensão em regime permanente, em atendimento à REN N.º 1.000 da ANEEL.

Desempenho Financeiro – Investimentos:

Em 2024, os investimentos foram na ordem de R\$ 24,9 milhões sendo: em expansão do sistema elétrico adicionado ao ativo imobilizado em serviço R\$ 6,7 milhões, em curso na linha de distribuição em 69KV Rialma a Itapaci R\$ 15,6 milhões e na ampliação e melhoria da SE Rialma R\$ mil 2,6.

Desempenho Financeiro – Resultado Líquido:

Em 2024, o lucro líquido foi de R\$ 6,55 milhões.

Desempenho Socioambiental:

Em 2024, a CHESP manteve as iniciativas de sustentabilidade e prevenção de impactos ao meio ambiente por meio da gestão de resíduos sólidos, com a destinação de todos os resíduos sólidos recicláveis, não recicláveis e perigosos, oriundos da prestação do serviço, tais como resíduos de obras, sucatas metálicas, plásticos, porcelanas, vidros etc. para empresa especializada na destinação ambientalmente correta.

A CHESP apoiou, por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura – “Lei Goyazes” (Lei nº 13.613/2000), os projetos: “IV DODANCE MOSTRA DE DANÇA” do proponente Gerlan Andrade Veiga, “6ª LANTERNA MÁGICA - Festival Internacional de Animação” do proponente Camila de Souza Nunes Rocha, “EU NASCI MULHER” do proponente Natália Melo Barbosa, “ESPETÁCULO ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS” da proponente Vilma Aparecida Silva, “TIÃO PERSONAL DANCER” do proponente Dafuq Filmes Ltda, “PURGATÓRIO (DA CULPA À REDENÇÃO)” da proponente Marília Ribeiro Pereira Rezende, “FESTIVAL PIRIBIER” do proponente Voo Livre Projetos e Eventos Ltda, “MERCADO SAPI” do proponente SOL A PINO FILMES LTDA, “2º WINE JAZZ PIRI” do proponente Ricardo Silva.

Agradecimentos:

Aos nossos acionistas, consumidores, fornecedores, agradecemos mais uma vez a confiança. Aos nossos colaboradores, agradecemos por se dedicarem imensamente a uma atividade essencial para todos - a distribuição de energia elétrica.

Em 2025, continuaremos focados na geração de valor para todos os acionistas, sempre atuando de forma sustentável, agregando valor para todos os fornecedores, comunidades onde atuamos e principalmente todos consumidores e colaboradores.

Ceres, 31 de dezembro de 2024

Ricardo de Pina Martin

Diretor Presidente

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO
CNPJ Nº 01.377.555/0001-10
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO 2024

BALANÇO SOCIAL:						
1 - BASE DE CÁLCULO		2024			2023	
1.1 - Receita Líquida (RL)		92.284			84.091	
1.2 - Resultado Operacional (RO)		12.866			9.260	
1.3 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)		8.501			7.957	
		2024			2023	
	Valor	% Sobre F P B	% Sobre RL	Valor	% Sobre F P B	% Sobre RL
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS						
2.1 - Alimentação	1.369	16,10%	1,48%	1.308	16,44%	1,56%
2.2 - Saúde	434	5,11%	0,47%	345	4,34%	0,41%
2.3 - Educação	73	0,86%	0,08%	72	0,90%	0,09%
2.4 - Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados	704	8,28%	0,76%	288	3,62%	0,34%
2.5 - Gratificação de Férias	282	3,32%	0,31%	205	2,58%	0,24%
2.6 - Outros Benefícios	239	2,81%	0,26%	177	2,22%	0,21%
	3.101	36,48%	3,36%	2.395	30,10%	2,85%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% sobre RO	RL	% sobre RO	RL	
3.1 - Tributos	31.522	245,00%	34,16%	24.548	265,10%	29,19%
	31.522	245,00%	34,16%	24.548	265,10%	29,19%
4 - CORPO FUNCIONAL		2024		2023		
4.1 - Nº Empregados ao Final do exercício		123		123		
4.2 - Escolaridade dos empregados:						
Superior com extensão universitária		43		40		
Ensino Médio		76		73		
Ensino Fundamental		2		5		
Outros		2		4		
4.3 - Faixa etária dos empregados:						
Abaixo de 30 anos		27		26		
de 30 até 45 anos		56		55		
acima de 45 anos		40		42		
4.4 - Nº Admissões durante o exercício		10		11		
4.5 - Nº de mulheres que trabalham na empresa		33		29		
% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total mulheres)		6,0		7,0		
% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total gerentes)		14,0		13,3		
4.6 - Nº de negros que trabalham na empresa		4		3		
4.7 - Aposentadoria		1		1		
4.8 - Portadores de deficiência física		3		2		
4.9 - Dependentes (ir) dos empregados		131		136		
4.10-Estagários		1		1		
4.11-Relação entre a maior e menor remuneração		12,51		11,6		
4.12- Acidente de Trabalho sem afastamento		5		1		
4.13- Acidente de Trabalho com afastamento		4		1		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva a à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Valor adicionado total a distribuir (em reais mil):					74.126	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	69,79% governo	15,65% colaboradores	2,72% acionistas	69,76% governo	17,31% colaboradores	4,25% acionistas
	5,25% terceiros		6,59% retidos	3,93% terceiros		4,75% retidos

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP
CNPJ Nº 01.377.555/0001-10
BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Valores em milhares de Reais)

A T I V O

	Nota	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.785	9.935
Consumidores	5	12.864	13.077
Concessionárias e permissionárias	6	96	99
Depósitos judiciais e cauções	7	224	90
Ativos financeiros setoriais	8	4.487	2.197
Tributos compensáveis	9	1.679	1.571
Parcelamentos com órgãos públicos	10	169	203
Parcelamentos com consumidores	11	604	527
Serviços em curso	12	721	584
Outros ativos circulantes	13	2.522	2.664
Almoxarifado operacional		794	713
Despesas pagas antecipadamente	14	74	74
Total do Ativo Circulante		36.017	31.735
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Tributos compensáveis	9	1.307	1.695
Cauções e depósitos vinculados		1.815	1.668
Parcelamento com órgãos públicos	10	0	169
Parcelamento com consumidores	11	0	75
Adiantamento incentivos fiscais		12	12
Outros ativos não circulantes	15	1.668	1.668
Bens e direitos para uso futuro		1	1
Despesas pagas antecipadamente	14	72	139
		4.874	5.426
Imobilizado	16	112.904	101.748
Intangível		24	20
		112.928	101.769
Total do Ativo Não Circulante		117.802	107.195
TOTAL DO ATIVO		153.818	138.929

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2024	2023
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	17	6.411	8.146
Obrigações sociais e trabalhistas	18	1.979	1.208
Encargos de dívidas	20	1.028	130
Tributos	19	2.509	2.780
Provisão para litígios trabalhistas		0	0
Dividendos e juros sobre o capital próprio		564	537
Empréstimos e financiamentos	20	7.260	4.002
Obrigações estimadas com pessoal	18	748	717
Encargos setoriais	21	1.878	1.628
Passivos financeiros setoriais	22	5.790	2.620
Outros passivos circulantes		1.430	1.133
Total do Passivo Circulante		29.598	22.901
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	20	27.315	24.456
Provisão para litígios fiscais	23	8.602	9.902
Outros passivos financeiros setoriais		2.672	2.189
Incentivos fiscais	24	118	118
Outros passivos não circulantes		1	2
Obrigações vinculadas a concessão do serviço público	25	15.279	15.622
Total do Passivo Não Circulante		53.988	52.290
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	26	23.381	23.381
Reservas de capital	26	10.332	8.403
Reservas de lucros	26	20.946	16.064
Reservas de reavaliação	26	15.574	15.890
Total do Patrimônio Líquido		70.233	63.739
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		153.818	138.929

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Valores em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023
RECEITA			
Fornecimento de energia elétrica		60.445	56.023
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		63.120	51.745
Serviços cobráveis		245	204
Ativos e passivos financeiros setoriais		(1.738)	1.292
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.596	1.376
Outras receitas		13.665	9.289
	32	137.333	119.930
TRIBUTOS			
ICMS		(21.256)	(15.543)
PIS		(1.822)	(1.597)
COFINS		(8.390)	(7.356)
ISS		(54)	(51)
		(31.522)	(24.548)
Encargos Setoriais - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(394)	(562)
Programa de eficiência energética - PEE		(394)	(187)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(12.507)	(10.355)
Taxa de fiscalização de serviços de energia		(141)	(119)
	33	(13.435)	(11.223)
RECEITA LÍQUIDA	32	92.376	84.158
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda	34	(42.985)	(39.199)
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	34	(10.156)	(9.401)
RRESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERÊNCIAVEIS		39.235	35.558
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores		(13.735)	(12.457)
Material		(1.708)	(1.621)
Serviços de terceiros		(7.152)	(6.549)
Arrendamento e aluguéis		(45)	(47)
Seguros		(108)	(43)
Doações, contribuições e subvenções		(35)	(31)
Provisões		1.300	-
Ganhos (Perdas) na Alienação de Bens e Direitos		-	-
(-) Recuperação de despesas		202	253
Tributos		(198)	(199)
Depreciação e amortização		(3.898)	(3.907)
Gastos diversos	35	(900)	(1.629)
Outras despesas operacionais	36	(348)	(238)
		(26.625)	(26.469)
RESULTADO DA ATIVIDADE		12.610	9.089
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	37	2.580	2.917
Despesas financeiras	37	(3.849)	(2.331)
		(1.269)	586
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		11.341	9.675
Despesa com Impostos sobre o Lucro			
Contribuição social	30	(1.182)	(1.048)
Imposto de renda	30	(3.259)	(2.886)
Resultado antes das participações			
Participações	31	(345)	(288)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.555	5.454
LUCRO POR AÇÃO ORIGINADO DAS OPERAÇÕES - R\$		2,0102	1,6725
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP		
CNPJ Nº 01.377.555/0001-10		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023		
(Valores em milhares de Reais)		
	Legislação Regulatória	
	2024	2023
Atividades Operacionais		
Recebimentos de consumidores	120.434	102.881
Recebimento uso mútuo postes	1.402	1.245
Recebimento CCEE/repasses CDE	12.587	8.641
Outros ingressos	3.024	3.027
Pagamentos a fornecedores	(7.974)	(9.561)
Pagamentos a pessoal	(14.217)	(13.516)
Pagamentos energia elétrica comprada	(47.120)	(40.877)
Pagamentos outras despesas	(1.189)	(1.545)
Caixa gerado pelas operações	66.946	50.295
Juros pagos	(2.123)	(1.146)
Tributos	(35.161)	(26.377)
Taxas regulamentares	(12.702)	(14.020)
Recolhimento contribuições do consumidor-CIP	(4.109)	(3.951)
Fluxo de caixa antes item extraordinário	(54.095)	(45.495)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	12.851	4.800
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compra do ativo imobilizado	(14.272)	(17.745)
Juros recebidos	0	247
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(14.272)	(17.498)
Fluxo de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido por empréstimos e financiamentos	12.597	32.860
Aplicação financeira de longo prazo	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(7.681)	(11.105)
Dividendos/juros sobre o capital próprio	(1.646)	(2.469)
Caixa líquido consumido nas atividades financeiras	3.270	19.286
Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa	1.849	6.588
- Saldo da conta caixa no início do exercício	9.935	3.347
- Saldo da conta caixa no fim do exercício	11.785	9.935
Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa	1.850	6.588
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP		
CNPJ Nº 01.377.555/0001-10		
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023		
(Valores em milhares de Reais)		
	Legislação Regulatória	
	2024	2023
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	137.242	119.862
Reversão provisões fiscais	1.300	0
Outras receitas (despesas) operacionais	-256	-171
	138.286	119.691
(-) INSUMOS		
Custo da energia comprada	-53.141	-48.600
Materiais e serviço de terceiros	-8.860	-8.170
Outros gastos operacionais	-841	-1.504
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-62.842	-58.274
(=) Valor Adicionado Bruto	75.444	61.418
(-) Depreciação e amortização	-3.898	-3.903
(=) Valor Adicionado Líquido Gerado	71.546	57.515
Receitas financeiras	2.580	3.059
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	74.126	60.573
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Empregados e Administração:		
Remunerações	7.870	7.316
Encargos sociais (exceto INSS)	631	594
Auxílio alimentação	1.369	1.308
Convênio assistencial e outros benefícios	1.028	989
Participação nos resultados	704	279
	11.602	10.486
GOVERNOS		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	21.256	15.543
PIS/COFINS	10.212	9.533
INSS (sobre folha de pagamento)	2.133	1.971
Imposto de renda e contribuição social	4.441	3.933
Encargos do consumidor	13.435	11.223
Outros impostos, taxas e contribuições	252	51
	51.729	42.256
Juros e variações monetárias	3.849	2.331
Aluguéis	46	47
Financiadores	3.895	2.378
Dividendos e participações	2.017	2.574
Lucros retidos	4.883	2.880
Acionistas	6.900	5.454
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	74.126	60.573

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO –
REGULATÓRIA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**
(Valores em milhares de reais)

	CAPITAL	REMUNERAÇÃO	ÁGIO NA	OUTRAS	RESERVA	RESERVAS	RESERVAS		
EVENTOS	SOCIAL	CAPITAL	SUBSCRIÇÃO	RESERVAS DE	LEGAL	PARA	DE	LUCROS	TOTAL
		PRÓPRIO	DE AÇÕES	CAPITAL		INVESTIMENTOS	REAValiação	ACUMULADOS	
EM 31 DE DEZEMBRO 2022	23.381	1.409	1.787	4.220	1.414	11.482	16.091	0	59.785
- Remuneração sobre o Capital Próprio	-	987	-	-	-	-	-	-	987
- Reservas reavaliação ajuste (VNR/VOC)	-	-	-	-	-	-	(201)	-	(201)
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	5.454	5.454
Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(2.286)	(2.286)
Reserva Legal	-	-	-	-	273	-	-	(273)	0
Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	2.895	-	(2.895)	0
EM 31 DE DEZEMBRO 2023	23.381	2.396	1.787	4.220	1.687	14.377	15.890	0	63.739
- Remuneração sobre o Capital Próprio	-	1.928	-	-	-	-	-	-	1.928
- Reservas reavaliação ajuste (VNR/VOC)	-	-	-	-	-	-	(317)	-	(317)
- Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.555	6.555
Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(1.673)	(1.673)
Reserva Legal	-	-	-	-	328	-	-	(328)	-
Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	4.554	-	(4.554)	-
EM 31 DE DEZEMBRO 2024	23.381	4.324	1.787	4.220	2.015	18.931	15.573	0	70.233

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **Companhia Hidroelétrica São Patrício – CHESP** é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica. Atividade esta, regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A sede social da Companhia está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 618, na Cidade de Ceres, Estado de Goiás - CEP 76.300-000. Conforme determinado no Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, a Companhia assinou em 9 de dezembro de 2015 o **Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 44/1999-ANEEL**, vencido em 7 de julho de 2015. A Companhia teve prorrogado o prazo para exploração de sua atividade por mais 30 anos, com vencimento para 7 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e do Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015 que estabeleceu as condições para a prorrogação referente aos critérios operacionais e econômico-financeiros. O novo aditivo exigiu da Companhia o atendimento aos seguintes critérios: (i) eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; (ii) eficiência com relação à gestão econômico-financeira; (iii) racionalidade operacional e econômica; e (iv) modicidade tarifária. O alcance dos referidos indicadores será monitorado pela Agência Reguladora - ANEEL, podendo haver a abertura de processo administrativo na eventualidade de não atingimento das metas. A área de concessão da Companhia contempla os municípios de: Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Jaraguá (parte, conforme Resolução ANEEL N°049/1999), Nova Glória, Rialma, Rianápolis, Santa Isabel, São Patrício e Uruana, todos pertencentes a micro região denominada Vale do São Patrício, no Médio Norte Goiano, e que conta com uma população de cerca de 80 mil habitantes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 3. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e em quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Adicionalmente, a Companhia apresenta os demonstrativos contábeis com acréscimos de informações e notas explicativas que permitem uma melhor análise, corroborando, assim, com o intuito das Normas Setoriais, no que se refere à transparência e clareza das informações.

As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site www.chesp.com.br a partir de 25 de abril de 2025.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 10/04/2025.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representadas pelo saldo de caixa, depósitos em banco e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está demonstrado pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e não faturado até a data do balanço, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, contabilizadas com base no regime de competência e incluem os impostos diretos de responsabilidade da Companhia.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber (Nota 5).

d) Almoxarifado Operacional

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almoxarifado de manutenção e administrativo) classificados no ativo circulante, registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo os custos de reposição ou valores de realização.

e) Receitas de Fornecimento de Energia Elétrica

Receita de venda de energia: reconhecida pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

Receita não faturada: correspondente a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia é consumida.

f) Despesas pagas antecipadamente

Estão representadas por valores relativos a prêmio de seguros.

g) Ativo Imobilizado e Depreciação

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, corrigidos monetariamente até 31/12/1995, e estão deduzidos da depreciação acumulada.

A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro e Unidade de Adição e Retirada – UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta Resolução.

h) Redução ao Valor Recuperável

Os ativos imobilizados intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

i) Empréstimos e Financiamentos

As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, representadas pelo valor principal da dívida, acrescidas de juros e encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do balanço.

j) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a média proporcional do consumo do último período de medição. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

k) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

l) Outros Direitos e Obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Componente	2024	2023
Aplicações no mercado aberto	11.074	8.349
Contas bancárias à vista	111	921
Numerário em trânsito e caixa	600	665
Total	11.785	9.935

Contas Bancárias à Vista, Numerário em Trânsito e Caixa: as disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Aplicações no Mercado Aberto: estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTA 5 – CONSUMIDORES

5.1 – Desempenho operacional

Em 31 de dezembro 2024 foram totalizadas 40.364 unidades consumidoras faturadas, número 1,4% superior ao de 2023 conforme demonstrado a seguir:

Classe de consumo	Var. %	2024	2023
Residencial	2,2	31.850	31.175
Industrial	-	58	58
Comercial	2,1	3.524	3.450
Rural	-4,1	4.352	4.538
Demais classes	1,6	580	571
Total	1,4	40.364	39.792

A CHESP registrou um aumento da ordem de 6,2% em seu mercado consumidor, fornecendo 145.355 MWh de energia elétrica em 2024 (136.931 MWh em 2023). A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação:

Classe de consumo	Var.%	2024	2023
Residencial	7,1	66.048	61.650
Industrial	5,6	28.788	9.673
Comercio e serviços	-13	8.411	27.250
Rural	12,5	24.269	21.577
Poder Público	8,1	7.199	6.661
Iluminação Pública	2,1	5.340	5.233
Serviço Público	8,9	5.110	4.700
Consumo próprio	1,6	190	187
Total – mercado cativo	6,2	145.355	136.931
Clientes livres	46,1	11.323	7.749

Consumidores - circulante

Fornecimento	2024	2023
Faturado	7.421	7.756
Não faturado	4.302	4.360
Parcelamentos a receber	564	652
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(8)	(154)
Serviços cobráveis	30	26
Juros e multas s/faturas a receber	207	181
Outros créditos/débitos	348	256
Total	12.864	13.077

Consumidores – contas a receber

Classe de consumo	Valores Correntes			Renegociados		Total	
	Vincendos	Vencidos	PCLD	A receber	PCLD	2024	2023
Residencial	609	2.629	(9)	5	(7)	3.227	3.129
Residencial baixa renda	38	211	-	-	-	249	243
Industrial	371	433	-	25	-	829	1.095
Comércio e serviços	542	786	-	155	(8)	1.475	1.406
Rural	409	761	-	3	-	1.173	1.195
Poder público	497	181	-	-	-	678	845
Iluminação pública	198	83	-	-	-	281	222
Serviço público	317	-	-	-	-	317	300
Subtotal	2.981	5.084	(9)	188	(15)	8.229	8.435
Fornecimento não faturado	4.302	-	-	-	-	4.302	4.360
Serviço taxado/diversos	341	-	-	-	-	341	436

Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(8)	-	-	-	-	(8)	(154)
Total	7.616	5.084	(9)	188	(15)	12.864	13.077

Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

Consumidor- Classe	A vencer até 60 dias	Vencidas até 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas acima de 360 dias	Renegocia- dos	PCLD	Total	
	Faturado							2024	2023
Residencial	609	2.441	27	46	115	5	(16)	3.227	3.129
Residencial Baixa Renda	38	204	1	3	3	-	-	249	243
Industrial	371	9	-	13	411	25	-	829	1.095
Comércio e serviços	542	604	8	29	145	155	(8)	1.475	1.406
Rural	409	702	12	6	41	3	-	1.173	1.195
Poder Público	497	163	7	8	3	-	-	678	845
Iluminação Pública	198	83	-	-	-	-	-	281	222
Serviço Público	317	-	-	-	-	-	-	317	300
Serviço Taxado/Diversos	341	-	-	-	-	-	-	341	436
Compensação DIC/FIC/DMIC	(8)	-	-	-	-	-	-	(8)	(154)
Total	3.314	4.206	55	105	718	188	(24)	8.562	8.717

NOTA 6 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Componentes	2024	2023
Encargos de uso da rede elétrica	11	43
Outros créditos – reembolso gastos operacionais	85	56
Total	96	99

NOTA 7 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

Componentes	2024	2023
Depósitos judiciais cíveis	47	47
Capitalização em custódia contrato ONS - RB	177	43
Total	224	90

NOTA 8 – ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/23	Adição	Amortização	Saldo 31/12/24	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Ativa	1.188	10.361	(8.475)	3.074	2.363	711	3.074
CVA – Energia comprada	(987)	3.468	(1.713)	768	218	550	768
CVA – PROINFA	(298)	298	-	-	-	-	-
CVA – Transporte energia rede básica	1.775	2.384	(3.287)	872	872	-	872
CVA – Transporte energia rede Itaipu	254	104	(261)	97	97	-	97

CVA -Encargos serviço de sistema - ESS	584	515	(427)	672	672	-	672
CVA - CDE	(401)	2.229	(1.283)	545	504	41	545
Outros – desc Tusd livre e financeiros	261	1.362	(1.503)	120	-	120	120
Neutralidade da parcela A	(67)	319	(252)	-	-	-	-
Sobre contratação	234	84	(280)	38	-	38	38
Outros ativos financeiros	94	959	(970)	83	-	83	83

Demais ativos financeiros setoriais

CDE descontos tarifários	835	10.821	(10.419)	1.237	-	1.237	1.237
Diferença mensal de receita Baixa Renda	174	1.073	(1.072)	175	-	175	175
CDE modicidade Eletrobrás	-	524	(524)	-	-	-	-
Total	1.009	12.418	(12.015)	1.412	-	1.412	1.412

NOTA 9 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS s/Compras para ativo fixo a recuperar em até 48 parcelas	1.135	1.307	1.122	1.695
ICMS s/Demanda e Baixa renda a recuperar	449	-	449	-
Imposto de renda e contribuição social	95	-	-	-
Total	1.679	1.307	1.571	1.695

NOTA 10 – PARCELAMENTOS COM ORGÃOS PÚBLICOS

Órgãos	Amortização	2024		2023	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Parcelamentos Prefeitura de Carmo do Rio Verde Processo 53591751620218090028	11/21 a 10/25	169	-	203	169
Total		169	-	203	169

Prefeitura de Carmo Rio Verde – Parcelamento 2021

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, homologado através do Processo 5359175-16.2021.8.09.0028, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos no período de 2017, 2018 e saldo devedor de parcelamento de 2016;

NOTA 11 – PARCELAMENTO COM CONSUMIDORES

Tributos	Amortização	2024		2023	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Parcelamento processo 201502005918	07/18 a 10/23	604	-	527	75

Termo de acordo de parcelamento firmado entre CHESP e consumidor em liquidação judicial referente a faturas de energia elétrica vencidas nos meses de abril e maio de 2015, Processo 201502005918 Juízo da Primeira Vara Civil de Goiânia.

NOTA 12 – SERVIÇOS EM CURSO

Componentes	2024	2023
-------------	------	------

- Serviço Próprio	713	578
ODS Serviço Próprio	296	361
ODS Aplicação de recursos plano eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento	417	217
ODS - Serviço Terceiros	8	6
- Total	721	584

Estão representados pelos seus custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo imobilizado ou para custos dos serviços prestados a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços.

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Componentes	2024	2023
Adiantamento a empregados/fornecedores	345	80
Fornecedores Proinfra/adiantamento	150	121
Prefeituras Municipais	21	24
Fatura aluguel de postes	1.782	1.570
Crédito com partes relacionadas	40	700
Alienação/Desativação em curso	58	2
Ativos e passivos regulatórios	56	56
Créditos vendas de veículos	54	50
Outros	16	61
Total	2.522	2.664

NOTA 14 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Despesas	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prêmios e Seguros	73	72	73	139
Fornecedores	1	-	1	-
Total	74	72	74	139

NOTA 15 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Valores a receber de acionistas pela transferência do estudo e projeto do aproveitamento de geração do rio do Peixe, denominado Columbí.

NOTA 16 – IMOBILIZADO

	2024	2023
Imobilizado em Serviço	47.925	44.937
Imobilizado em Curso	46.742	36.444
Ajuste Diferença (VNR/VOC)	18.237	20.367
Total	112.904	101.748

ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	2024	2023
DISTRIBUIÇÃO		
- Custo Histórico	86.133	80.519
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)	65.836	67.354
ADMINISTRAÇÃO		
- Custo Histórico	871	946
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)	1.881	1.926
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	154.721	150.745
- Custo Histórico	87.004	81.465
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)	67.717	69.280

(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		
DISTRIBUIÇÃO		
- Custo Histórico	(38.384)	(35.798)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)	(47.815)	(47.216)
ADMINISTRAÇÃO		
- Custo Histórico	(694)	(730)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)	(1.666)	(1.698)
TOTAL DA DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(88.559)	(85.441)
- Custo Histórico	(39.078)	(36.527)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)	(49.481)	(48.914)
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO		
IMOBILIZADO EM CURSO		
- Distribuição	46.742	36.444
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM CURSO	46.742	36.444
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	112.904	101.748

Avaliação Patrimonial

A Companhia registrou complemento de seu ativo imobilizado, conforme, decorrente da aplicação da mensuração pelo Valor Novo de Reposição – VNR em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

Imobilizado em Curso – Distribuição – refere-se à construção da linha de 69KV Rialma/Itapaci, ampliação da subestação Rialma I, investimentos em ampliação e reformas de redes de distribuição e subestações, nos municípios atendidos pela Companhia.

As principais taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à **Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015** vigente emitida pelo Órgão Regulador, são as seguintes:

Ativo imobilizado em serviço	Taxas anuais %
Banco de capacitores	5,00 e 6,67
Chaves	3,33 e 6,67
Condutor	2,70 e 3,57
Edificação outras	3,33
Equipamento Geral	6,25
Equipamento Geral de informática	16,67
Estrutura torre	2,70
Estrutura poste	3,57
Regulador de tensão	3,45 e 4,35
Transformador de distribuição	4,00
Medidores	4,00 e 7,69
Veículos	14,29

Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

Em função do disposto na Instrução Contábil - IC nº 6.3.6, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Vinculação do Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica,

concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para efeitos de apresentação as demonstrações financeiras os bens vinculados estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

NOTA 17 – FORNECEDORES

Fornecedores	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedor de energia elétrica	4.307	-	5.034	-
Encargos de uso da rede elétrica	961	-	999	-
Materiais e serviços	1.143	-	2.113	-
Total	6.411	-	8.146	-

NOTA 18 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Componentes	2024	2023
Folha de pagamento líquida	394	363
Tributos retidos na fonte	221	263
Participações nos lucros e resultados	1.074	577
Outras	290	4
Total	1.979	1.207

Obrigações estimadas com pessoal

Componentes	2024	2023
Provisão de férias e encargos sociais	748	717
- Total	748	717

NOTA 19 – TRIBUTOS

Impostos/Contribuições	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS	1.088	-	1.098	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	427	-	587	-
INSS	275	-	350	-
PIS/COFINS	582	-	568	-
Outros	137	-	177	-
Total	2.509	-	2.780	-

NOTA 20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CREDORES		2024			2023		
Operação	Juros %	Encargos de Dívidas	Principal		Encargos de Dívidas	Principal	
Moeda Nacional	aa/am		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
BB Financiamento LD 69kv Rialma a Itapaci e Ampliação SE-Rialma	10,00aa	831	2.235	15.644	-	-	12.886
ITAU CAPITAL GIRO GPÓS - Contr.30064	4,799aa	129	1.614	3.664	90,4	1.764	5.279
CEF Capital de GIRO08.2512.737.0000214	13,08aa	36	2.800	2.800	24,3	1.400	5.600
BBD/FINAME TRAFO 25MVA Contr. 6026904	4,5aa	-	-	-	0,4	97	-
BBD/FINAME Religador Automático Contr. 6039826	4,42aa	-	-	-	0,1	22	-
BBD/FINANC TRAFO FORÇA 10 MVA Contr. 6060995	6,15aa	0,1	17	-	0,4	66	17

BBD/CCB RELIGADOR AUT TRIF: Contr.6070707	5,15aa	0,3	34	17	0,4	34	50
CCB-BBD Finame Caminhão VW 17230-Contr:2909477187	11,17aa	0,3	32	-	0,2	55	32
BBD/FINAME REGULADOR TENSÃO Contr. 6055798	11,42aa	0,1	2	-	0,1	30	2
CCB-BBD Finan. Fiat TORO-Contr:3631543120	18,57aa	-	-	-	0,9	32	-
BBD - Contr.6094498-Religador Automático Trifásico	8,97aa	1,0	50	72	1,0	50	122
BBD - Contr.6094501-Regulador Tensão Aut Monofásico	8,97aa	0,7	28	40	0,6	28	68
BcoVWCDC-273690 - Saveiro ROBUST	18,72aa	-	-	-	0,2	24	-
Bradesco CCB 2916451708 Toyota HILUX CS 4X4	17,35aa	1,0	48	134	-	-	-
CCB 16868449 Bradesco Capital de Giro	18,15aa	-	-	4.944			
Total moeda nacional		999	6.860	27.315	119,0	3.602	24.056
Operação – Moeda Estrangeira							
BBD Capital de Giro -U\$-20241019000068	13,99aa	29	400	-	-	400	400
Total moeda estrangeira		29	400	400	-	400	400
TOTA GERAL EMP.FINANC.		1.028	7.260	27.315	119,0	4.002	24.456

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

Componente	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
Valor da amortização anual	8.302	5.314	4.759	2.235	2.235	4.470	27.315
INDEXADOR			TJLP		U\$	Outros	T O T A L
%			71,6		-	28,4	100

Operação	Aplicação	Encargos	Atualização	Período Amortização	R\$ Mil
BB Financiamento LT 69kv Rialma/Itapaci e SE-Rialma	Linhas e Redes e Subestação	10,00%aa	TJLP	04/2024 a 03/2032	15.643
ITAU CAPITAL GIRO GPÓS - Contr.30064	Linhas e Redes - Subestação	4,79%aa	TJLP	07/2023 a 07/2028	3.665
CEF CAPITAL GIRO 08.2512.737.0000214	Capital de Giro	13,08%aa	Outros	07/2024 a 12/2026	2.800
Bradesco-Contr. 6094498	Religador automático	8,97%aa	TJLP	12/2021 a 05/2027	72
Bradesco-Contr. 6094501	Regulador de tensão	8,97%aa	TJP	12/2021 a 05/2027	40
Bradesco-Contr. 6070707	Transformador de Força 10 MVA	6,15%aa	TJLP	11/2020 a 04/2025	17
Bradesco CCB 2916451708	Toyota HILUX CS 4X4	17,35aa	Outros	11/2024 a 11/2028	134
Bradesco CCB 16868449	Capital de Giro	18,15%aa	Outros	12/2024 a 11/2028	4.944

Mutações de Empréstimos e Financiamentos	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2022	2.531	7.772
Ingressos/Capitalizações	13.457	20.686
Amortização	(14.188)	-
Transferências	2.202	(4.002)
Saldo em 31/12/2023	4.002	24.456
Ingressos/Capitalizações	6.578	10.079
Amortização	(5.610)	-
Transferências	2.290	(7.220)
Saldo em 31/12/2024	7.260	27.315

Ingressos/Capitalizações 2024: referem-se a financiamento construção LD 69kv Rialma/Itapaci, ampliação SE Rialma e capital de giro.

NOTA 21 – ENCARGOS SETORIAIS

Encargos	2024	2023
Taxa de Fiscalização	14	11
Pesquisa e Desenvolvimento	749	629
FNDCT	27	58
MME	14	28
Recursos a recolher/aplicar	708	543
Programa de Eficiência Energética	1.040	812
PROCEL	82	139
Recursos a aplicar Recursos a aplicar	958	673
Conta de desenvolvimento energético - CDE	75	104
Bandeira Tarifária	-	72
Total	1.878	1.628

PEE e P&D: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel nº. 300/2008 e 316/2008.

NOTA 22 – PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/23	Adição	Amortização	Saldo 31/12/24	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA – Compensação custos da “PARCELA A”	193	4.270	(3.396)	1.067	107	960	1.067
Neutralidade da parcela A	2.593	3.344	(2.179)	3.758	2.593	1.165	3.758
Bandeira Tarifária	-	1.642	(1.555)	87	-	87	87
CDE modicidade Eletrobrás /Risco hidrológico	(166)	3.149	(2.105)	878	-	878	878
Total	2.620	12.405	(9.235)	5.790	2.700	3.090	5.790

NOTA 23 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS FISCAIS

Fiscais: PIS/COFINS - Refere-se à retenção com base em decisão liminar com mandado de segurança em Ação Judicial junto a Vara da Justiça Federal em Anápolis-GO, Processo: 1000013-59.2015.4.01.3502, cujo objeto é afastar a cobrança do PIS/COFINS sobre ICMS faturado nas contas de energia. Créditos de processo judicial transitado em julgado, já homologado pelo Despacho Decisório nº 7/2020-SAORT/DRF-ANÁPOLIS/GO, **Crédito Habilitado nos termos do Despacho Decisório acima mencionado**; do valor homologado pela Receita Federal de R\$ 6,744 milhões, foi considerado em sua totalidade como componente negativo nos financeiros da revisão tarifária de 2021 e no reajuste tarifário de 2022.

NOTA 24 - INCENTIVOS FISCAIS

São incentivos oferecidos pelo Governo de Goiás por meio da Lei nº 13.591 de 18 de janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265 de 31 de julho de 2000. Com o objetivo específico de contribuir para a expansão da atividade de geração de energia elétrica na PCH São Patrício. O saldo desse incentivo está assim constituído:

Componentes	2024	2023
-------------	------	------

Incentivos apurados no período de Out/11 a Set/12	98	98
Incentivos apurados no período de Out/12 a Dez/12	20	20
Saldo de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro	118	118

A companhia recolheu, a título de antecipação do Projeto Produzir, 10% sobre o saldo financiado pelo Governo estadual. De acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, os valores realizados por ocasião desse tipo de incentivo, devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício da Companhia.

NOTA 25 – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (não remuneradas)

Representam as contribuições da União, do Estado, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica anulando os efeitos no resultado contábil, conforme determina o Despacho nº 3.073/2006 e Resolução Normativa ANEEL nº 234 de 31 de dezembro de 2006. O prazo de vencimento dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, e sua quitação ocorrerá ao final da concessão.

Códigos MCSE a partir de 01/01/2015	Obrigações Especiais - Em serviço	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas pelo VOC (B)	Baixas de Reavaliação (C)	Valor Bruto em 31/12/2024
	AIS Bruto = 2223.X.01/4	27.326	780	0	0	28.106
2223.X.01/4.01 1U	Participação da União, Estados e Municípios	1.072	0	0	0	1.072
2223.X.01/4.02 1F	Participação Financeira do Consumidor	22.817	780	0	0	23.597
2223.X.01/4.06 1UN	Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	3.437	0	0	0	3.437
2223.X.02/5.01 2U	Amortização Acumulada = 2223.X.02/5	-11.710	-1.117	0	0	-12.827
2223.X.02/5.02 2F	Participação da União, Estados e Municípios	-686	-39	0	0	-725
2223.X.02/5.03 2D	Participação Financeira do Consumidor	-8.960	-940	0	0	-9.900
2223.X.02/5.09 2O	Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-2.064	-138	0	0	-2.202
	TOTAL	15.616				15.279

Obrigações	2024	2023
Em serviço	15.279	15.616
Em curso	-	6
Total	15.279	15.622

A Resolução ANEEL nº 223 de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração do Plano de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438 de 26 de junho de 2002, atribui estas responsabilidades às concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tal fato já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores acima citados.

NOTA 26 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	2024			2023		
	Quantidade e de ações	Valor da ação - R\$	Capital Social	Quantidade e de ações	Valor da ação - R\$	Capital social
Ações ordinárias	3.260.982	7,17	23.381	3.260.982	7,17	23.381
Total	3.260.982	-	23.381	3.260.982	-	23.381

Em 31 de dezembro de 2024 o valor patrimonial de cada ação (PL/Quantidade de Ações) é de R\$ 21,54 (2023 – R\$ 19,54).

Reservas de Capital	2024	2023
Ágio na subscrição de ações	1.787	1.787
Remunerações sobre o capital próprio	4.324	2.396
Reserva de Incentivos Fiscais	4.220	4.220
Total	10.331	8.403

Reservas de Lucros	2024	2023
Reserva legal	2.015	1.687
Reserva para investimentos	18.931	14.377
Reservas de reavaliação	15.574	15.890
Total	36.520	31.954

A Reserva Legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social.

NOTA 27 – CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, a saber:

BALANÇO PATRIMONIAL	2024			2023		
CONCILIAÇÃO SOCIETÁRIA X REGULATÓRIA	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
ATIVO						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	11.785	-	11.785	9.935	-	9.935
Consumidores	12.864	-	12.864	13.077	-	13.077
Concessionárias e Permissionárias	96	-	96	99	-	99
Depósitos judiciais e cauções	224	-	224	90	-	90
Ativos financeiros setoriais	4.487	-	4.487	2.198	-	2.198
Tributos compensáveis	1.679	-	1.679	1.571	-	1.571
Parcelamentos com órgãos públicos	169	-	169	203	-	203
Parcelamentos com consumidores	604	-	604	527	-	527
Serviços em curso	721	-	721	584	-	584
Outros ativos circulantes	2.522	-	2.522	2.664	-	2.664
Almoxarifado Operacional	794	-	794	713	-	713
Despesas Pagas antecipadamente	74	-	74	74	-	74
Total do Ativo Circulante	36.017	-	36.017	31.735	-	31.735
Ativo não circulante						
Tributos compensáveis	1.307	-	1.307	1.695	-	1.695
Cauções e depósitos vinculados	1.815	-	1.815	1.668	-	1.668
Parcelamento com órgãos públicos	-	-	-	169	-	169
Parcelamento com consumidores	-	-	-	75	-	75
Adiantamento incentivos fiscais	12	-	12	12	-	12
Outros ativos não circulantes	1.668	-	1.668	1.668	-	1.668
Despesas Pagas antecipadamente	72	-	72	139	-	139
Bens e Direitos para uso futuro	1	-	1	1	-	1
Ativo financeiro da concessão	-	46.742	46.742	-	36.444	36.444
Intangível	-	36.485	36.485	-	34.963	34.963
Imobilizado	112.904	-	112.904	-	101.748	-
Intangível	24	-	24	20	-	20
Total do Ativo Não Circulante	117.802	-	88.100	107.195	-	76.834
Total do ativo	153.818	-	124.117	138.929	-	108.568

PASSIVO

Passivo circulante						
Fornecedores	6.411	-	6.411	8.146	-	8.146
Obrigações sociais e trabalhistas	1.979	-	1.979	1.208	-	1.208
Encargos de dívidas	1.028	-	1.028	130	-	130
Tributos	2.509	-	2.509	2.780	-	2.780
Provisão para litígios trabalhistas	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	564	-	564	537	-	537
Empréstimos e financiamentos	7.260	-	7.260	4.002	-	4.002
Obrigações estimadas com pessoal	748	-	748	717	-	717
Encargos setoriais	1.878	-	1.878	1.628	-	1.628
Passivos regulatórios	5.773	-	5.773	2.602	-	2.602
Outros passivos circulantes	1.447	-	1.447	1.150	-	1.150
Total do passivo circulante	29.598	-	29.598	22.901	-	22.901
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	27.315	-	27.315	24.456	-	24.456
Provisão para litígios fiscais	8.602	-	8.602	9.902	-	9.902
Passivos financeiros setoriais	2.672	-	2.672	2.189	-	2.189
Incentivos fiscais	118	-	118	118	-	118
Outros Passivos Não Circulantes	1	-	1	2	-	2
Obrigações vinc a concessão do serviço público	15.279	-	15.279	15.622	-	15.622
Capital social	23.381	-	23.381	23.381	-	23.381
Reservas de capital	10.332	-	10.332	8.403	-	8.403
Reservas de lucros	20.946	1.152	22.098	16.064	1.151	17.215
Reservas de reavaliação	15.574	-	15.574	15.890	-	15.890
Total do passivo não circulante	124.220	-	94.519	116.027	-	85.666
Total do passivo	153.818	-	124.117	138.929	-	108.568

NOTA 28 – PARTES RELACIONADAS

Serviços	2024		2023	
	Passivo	Faturado	Passivo	Faturado
Serviços de manutenção e conservação no sistema elétrico resultado	178	2.272	169	2.047
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações – ODI's - investimentos	62	1.296	114	1.323
Serviços prestados em Ordens de Desativações – ODD's - baixas	9	137	11	134
Serviços prestados em Ordens de Serviço – ODS's - resultado	4	149	10	182
TOTAL	253	3.854	304	3.686

As transações com partes relacionadas compreendem valores pagos e a pagar à empresa Engenharia São Patrício Ltda – ENGESP, pelos serviços contratados pela Companhia e referem-se a serviços em recuperação de redes de distribuição e subestações rurais, serviços em linha viva em redes de distribuição urbanas, serviços em construções de redes de distribuição urbanas e rurais, serviços em redes de sub transmissão alta tensão – AT em 69kV, serviços de limpeza de faixa de redes rurais e poda de árvores urbanas, leitura de medidores em unidades consumidoras rurais, serviços gerais de limpeza e conservação em prédios e operação remota de subestações de distribuição, com preços e condições semelhantes ou menores do que os praticados usualmente pelo mercado, contrato anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 831 de 25 de março de 2021, assim registrados:

Passivo: refere-se a valores a pagar à ENGESP em 31 de dezembro de 2024.

Faturado: refere-se a faturamento bruto contabilizado em contas de resultado, investimentos e baixas.

NOTA 29 – DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos

Componentes	2024	2023
Lucro líquido do exercício	6.555	5.454
(-) Constituição de reserva legal	(328)	(273)
Lucro líquido ajustado	6.227	5.181
Dividendos propostos	(1.557)	(1.223)
(-). Dividendos intermediários	(1.673)	(2.286)

NOTA 30 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia optou pela tributação pelo Lucro Real no ano de 2024, calculando a provisão para o Imposto de Renda à alíquota de 15% sobre o Lucro Tributável, acrescido do adicional específico de 10% sobre o valor que excedeu a R\$ 240 mil. A provisão para Contribuição Social foi constituída a alíquota de 9% do Lucro Líquido ajustado antes do Imposto de Renda, conforme legislação específica da Receita Federal.

NOTA 31 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia reconheceu no resultado do exercício R\$ 728.641 mil para empregados a título de Programa de Participação nos Resultados – PPR e R\$ 345 mil para diretores/gerentes (PL-2023 - R\$ 288 mil e R\$ 288 mil respectivamente).

NOTA 32 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

FORNECIMENTO FATURADO	Nº de Consumidores em 31.12		MWh		Receita	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
CLASSE						
Residencial	31.850	31.175	66.048	61.650	57.452	49.078
Industrial	58	58	8.411	9.673	9.576	9.227
Comércio e serviços	3.524	3.450	28.788	27.250	25.087	22.273
Rural	4.352	4.538	24.269	21.577	17.831	15.260
Poder Público	493	484	7.199	6.661	6.353	5.377
Iluminação Pública	10	10	5.340	5.233	2.695	2.399
Serviço Público	66	66	5.110	4.700	4.026	3.357
Consumo Próprio	11	11	190	187	-	-
(=) Fornecimento faturado	40.364	39.792	145.355	136.931	123.020	106.971
Fornecimento Não Faturado					(58)	794
Fornecimento de energia elétrica	40.364	39.792	145.355	136.931	122.962	107.765
Descontos tarifários e equilíbrio da redução tarifária – aportes CDE					10.821	6.808
Modicidade Eletrobrás – aporte CDE					524	247
Subsídio baixa renda					1.072	1.128
Encargos de conexão de agentes de geração					513	472
Renda da prestação de serviço					979	764
Serviço taxado					245	203
Compartilhamento de infraestrutura					1.738	1.653
CVA ativa/passiva e demais passivos regulatórios					(1.738)	1.291
Fornecimento diferimento ou devoluções					90	(469)
Outras receitas					127	-
Outras receitas operacionais					14.371	12.097
Total da receita operacional bruta					137.333	119.862
Deduções da receita operacional						
ICMS					(21.256)	(15.543)
PIS					(1.822)	(1.597)
COFINS					(8.390)	(7.357)
ISS					(54)	(51)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(12.507)	(10.355)
Programa de P&D e eficiência energética					(787)	(749)
Bandeira tarifária					-	-
Taxa de fiscalização					(141)	(119)
Total deduções da receita operacional					(44.957)	(35.771)
Receita operacional líquida					92.376	84.091

*crescimento de mercado de 6,2% no ano

Aportes CDE - As subvenções recebidas via aporte CDE, referem-se à compensação de descontos concedidos e despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras.

NOTA 33 – ENCARGOS SETORIAIS

Componentes	2024	2023
Conta de desenvolvimento energético – CDE	12.507	10.355
Taxa de fiscalização – ANEEL	141	119
Programa de eficiência energética - PEE	394	187
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	394	562
Total	13.435	11.223

NOTA 34 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

A partir de 01/08/2017 a CHESP deixou de ser suprida pela Companhia Energética de Goiás - CELG-D e passou a comprar energia da COPEL Geração e Transmissão S/A. Como consequência de estar operando diretamente no mercado, passou a receber de forma direta a energia compulsória das seguintes fontes: Itaipu, Eletronuclear, Cotas de Garantias Físicas. Por questões contratuais a COPEL fornece a energia complementar para propiciar o atendimento a totalidade do mercado da CHESP.

Componentes	MWh		Reais mil	
	2024	2023	2024	2023
COPEL Geração e Transmissão S/A	88.667	83.826	17.984	16.251
Cotas de Garantias Físicas / Recontabilização	25.234	28.792	9.627	8.033
ENBPARG – Cotas demanda Itaipu	25.886	25.466	5.896	5.492
Eletronuclear – Cotas de energia nuclear - Angra	5.134	4.924	1.772	1.668
Programa Incentivo às Fontes Alternativas Energia Elétrica – PROINFA	2.859	2.828	1.354	1.478
CCEAR-C	280	278	66	57
(-) Créditos de Tributos recuperáveis	-	-	(3.011)	(2.603)
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	-	-	11.049	10.155
(-) Créditos de Tributos recuperáveis	-	-	(893)	(754)
Energia microgeração	-	-	9.297	8.823
Total	148.060	146.114	53.141	48.600

NOTA 35 – GASTOS DIVERSOS

Componentes	2024	2023
Taxa arrecadação	388	426
Taxas bancárias	29	25
Tarifas CCEE	17	13
Transgressões DIC/FIC/DMIC	95	763
Mensalidades associativas	26	19
Custeio conselho de consumidores	61	53
Consumo próprio energia elétrica	175	157
Indenizações por perdas e danos	73	144
Outras	36	29
Total	900	1.629

NOTA 36 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Componentes	2024	2023
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(348)	(238)
Total	(348)	(238)

NOTA 37 – RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	2024	2023
Var Monet e Acréscimo moratório energia vendida	1.508	1.251
Renda de aplicação financeira	723	1.431

Juros de parcelamentos	88	63
Atualização de ativos regulatórios	361	283
Outras receitas financeiras	26	31
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(126)	(142)
Total	2.580	2.917
Despesas Financeiras		
Encargos carta de fiança	48	53
Encargos das dívidas de curto prazo – juros/ioc/iof	42	81
Encargos das dívidas de curto prazo – empréstimos e financiamentos	3.041	1.392
Multas sobre impostos e contribuições sociais	42	172
Variação monetária de passivos regulatórios	643	597
Outras despesas financeiras	33	36
Total	3.849	2.331
RESULTADO	(1.269)	586

Os encargos financeiros, distribuídos por macro atividades, estão apropriados no resultado e parcialmente no imobilizado em curso em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.19 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996. Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, os custos dos empréstimos estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

NOTA 38 – SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de 01 Transformador de Força de 07/10 MVA, 04 Transformadores e 03 religadores automáticos;

Seguradora	Risco	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Bradesco seguros	Proposta: (33097051/34623671/1130744)	28/02/24 a 28/02/25	1.735	25

NOTA 39 – ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Reajuste Tarifário Anual – RTA - 2024

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboraram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), custos gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pelo fator X.

Por meio Resolução Homologatória nº 3.411, de 12 de novembro de 2024, Art. 2º As tarifas de aplicação da CHESP, constantes da Resolução Homologatória nº 3.284, de 21 de novembro de 2023, ficam, em média, reajustadas em -2,09% (menos dois vírgula zero nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora, para o período de 22 de novembro de 2024 a 21 de novembro de 2025, assim composto:

Efeito dos Componentes Financeiros do Processo Atual	-2,97%
CVA em processamento: energia, transporte e encargos setoriais	2,57%
Saldo a compensar CVA-ano anterior + ajustes	-0,02%
Neutralidade parcela A	-3,34%
Sobrecontratação/exposição de energia	0,04%
Previsão de risco hidrológico	3,27%
Reversão do risco hidrológico	-3,62%
Outros	-1,88%
Efeito da retirada dos componentes financeiros do processo anterior	2,85%
Efeito da variação dos subsídios da Lei nº 14.299	-1,97%
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores (com Lei 14.299)	-2,09%

Participação dos itens das Parcelas A e B na composição da receita anual da concessionária.

Reajuste Tarifário de 2024	Encargos Setoriais	Custo de Transmissão	Custo de Aquisição de energia	Custo de distribuição	Total
	18,2%	8,9%	32,6%	40,3%	100,0%

II) Revisão Tarifária Periódica - RTP

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária da companhia é novembro de 2026. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

NOTA 40 – BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu novos critérios para classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda. A Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e o Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011, regulamentam esse benefício. Conforme Resoluções ANEEL nº 246 de 30 de abril de 2002 e nº 485 de 29 de agosto de 2002. Com a aplicação dos novos critérios, a Companhia apurou a Diferença Mensal de Receita homologada pela ANEEL, conforme demonstrado a seguir:

Diferença mensal de receita													2024	2023
Mês>>	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Total
Reais	92	91	90	91	90	90	84	85	90	93	87	88	1.071	1.128

Esses valores foram contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2024 se apresenta no valor de R\$ 175 (2023 - R\$ 174).

NOTA 41 – OUTROS ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Universalização

A CHESP está totalmente universalizada em sua área urbana e rural e fornece energia a 40.364 unidades consumidoras, sendo 31.850 da classe residencial, 4.352 da classe rural, 3.524 da classe comercial e 638 das demais classes.

II) Programa PROINFA

A Lei 10.438/2002, por meio de seu Artigo 3º, instituiu o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional. Os custos concernentes à aquisição de energia gerada pelo PROINFA, incorridos pela Eletrobrás, inclusive administrativos, financeiros e tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores, exceto os de baixa renda, cujo consumo seja igual ou inferior a 80kWh/mês. Cabe aos agentes do SIN que comercializam energia para o consumidor final e/ou recolham tarifas de uso do sistema de transmissão - TUST ou distribuição – TUSD, relativos a consumidores livres, o recolhimento à Eletrobrás, para crédito do PROINFA, do valor da cota anual em duodécimos fixados pela ANEEL. Os procedimentos para rateio dos custos desse programa constam no Decreto 5.125/04.

III) Bandeiras Tarifárias

Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária.

Ceres-GO, 31 de dezembro de 2024

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

=====

Maria Cristina de Pina Martin
Presidente

Patrícia de Pina Martin
Conselheira

Rauflin Gonçalves de Souza
Conselheiro

Antônio Luiz de Pina Neto
Conselheiro

Rodolfo de Podestá Martin
Conselheiro

DIRETORIA

=====

Ricardo de Pina Martin
Diretor Presidente

Carolina de Podestá Martin Santana
Diretora Administrativo-Financeira

Rauflin Gonçalves de Souza
Diretor Técnico-Comercial

Anicésio Vicente de Almeida Segundo
Contador CRC/GO Nº018872/O-0
CPF 017.359.271-63



COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO

CERES - GO



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

(Área Contábil)

ABRIL/2025

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO – CHESP

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP, que compreendem ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa dois (2) às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual foi emitido relatório de auditoria independente separado, com data de 03 de abril de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras e com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato que há distorção relevante no Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de abril de 2024.



Antônio César da Silva
Contador - Mestre em Controladoria
CRC-RS 043890-O-9
CVM AD 17.595 - Registro 12840
www.acscontab.com.br